



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUIMENTO Nº , DE 2025
(Da Sra. Alice Portugal)

Requer a realização de audiência pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados destinada a discutir os impactos da REFORMA ADMINISTRATIVA na educação pública brasileira.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados destinada a discutir os impactos da REFORMA ADMINISTRATIVA na educação pública brasileira.

Requeiro ainda que sejam convidados para esta audiência pública as seguintes autoridades:

- 1- Ministro de Estado da Educação - MEC, Senador Camilo Sobreira de Santana;
- 2- Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho;
- 3- Presidente da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico, PROIFES-Federação, Sr. Gil Vicente Reis de Figueiredo;
- 4- Federação de Sindicatos de Trabalhadores técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil – FASUBRA SINDICAL;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Apresentação: 14/10/2025 16:58:00.647 - CE

REQ n.196/2025

- 5- Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior –ANDIFES, Reitor José Geraldo Ticianeli;
- 6- Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE, Srta. Bianca Borges;
- 7- Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Reitora Ana Paula Giraux.

JUSTIFICATIVA

A Reforma Administrativa prenuncia significativas mudanças no serviço público brasileiro, com implicações profundas no ensino superior público de nosso país. Tais mudanças são vistas com preocupação por parte de dirigentes, professores, servidores técnico-administrativos e estudantes das instituições públicas de ensino superior, especialmente porque todo o debate sobre o tema tem acontecido longe dos olhos da sociedade e da comunidade acadêmica das IFES.

A demolição do serviço público que o Congresso Nacional quer impor aos brasileiros e brasileiras é desastrosa para todas as políticas públicas. Anunciam o fim do concurso público e abrem as portas para o retorno pleno das indicações políticas e o fortalecimento vergonhoso da troca de emprego por votos.

Ao longo dos anos, a austeridade e o autoritarismo têm dado duros golpes na educação superior pública no Brasil. A reforma administrativa é mais uma ameaça no horizonte, que se soma à desvalorização estrutural e até mesmo à perseguição. A educação superior cumpre uma função social fundamental, tanto por seu papel mais recente de ampliação da inclusão de segmentos populacionais até então marginais no ensino público, quanto para a produção e difusão do conhecimento e do pensamento crítico. Apesar de estar sob ameaças diversas, a inclusão enquanto “estoque” na educação superior ainda prossegue, pois o quadro nas Instituições de Educação Superior Públicas ainda permanece como sendo o de maior inclusão que na média histórica. Assim, embora sob ameaça, a educação superior ainda cumpre um papel social e nacional importante. No entanto, os ataques sofridos pela educação superior têm feito





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADA FEDERAL ALICE PORTUGAL - PCdoB/BA

Apresentação: 14/10/2025 16:58:00.647 - CE

REQ n.196/2025

com que, mais recentemente, a ampliação da inclusão na educação superior caia.

A reforma administrativa pretendida foi destrinchada em três textos: uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), um Projeto de Lei Complementar (PLP) e um Projeto de Lei Ordinária (PL). O conteúdo elaborado pelo grupo de trabalho também está dividido em quatro eixos centrais. São eles: estratégia, governança e gestão; transformação digital; profissionalização e extinção de privilégios.

Na verdade, a contrarreforma Administrativa representa um grave ataque aos direitos do funcionalismo público e ao acesso da população a serviços de qualidade e gratuitos.

Existe uma campanha patrocinada pela iniciativa privada, que busca assumir o controle dos serviços públicos para cobrar por eles, alegando que são ruins e, por isso, seria necessária uma reforma Administrativa para “enxugá-los”. Mas o Brasil é um país que, proporcionalmente, tem uma quantidade de servidoras e servidores públicos pequena. Além disso, dizem que as funcionárias e os funcionários públicos ganham muito, mas isso é mais uma mentira, pois apenas 0,3% do funcionalismo recebe os famosos supersalários, conforme pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (Ipea), em 2019, que apontou que menos da metade do funcionalismo recebia acima de R\$ 5 mil.

Há, portanto, uma urgência em debater com a comunidade acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior os impactos desta contra-reforma administrativa na educação superior pública brasileira

Sala da Comissão, em , de , de 2025.

Alice Portugal
Deputada Federal – PCdoB/BA



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD252548316800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alice Portugal

